

STJ00048381 - V. 1 **113565**

ARRUDA ALVIM



MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

v. 1
Parte geral

8.^a edição revista, atualizada e ampliada

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 8.ª EDIÇÃO	7
-----------------------------	---

Vol. 1

I – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Denominação e âmbito	17
2. O processo contencioso e o de jurisdição voluntária	21
3. Definição de Direito Processual Civil	22
4. Princípios informativos e fundamentais do processo civil	22
5. Evolução histórica do Direito Processual Civil	43
6. Processo civil romano	44
7. Período das <i>legis actiones</i>	45
8. Período do processo formulário	46
9. Período da <i>extraordinaria cognitio</i>	46
10. Processo romano-barbárico	48
11. O processo comum na Itália	49
12. Período dos glosadores	49
13. Período dos pós-glosadores	50
14. Período da jurisprudência culta	50
15. O processo comum na Alemanha	51
16. História do processo na Península Ibérica e respectivas implicações no Direito brasileiro – O “Forum Juditium” (“Fuero Juzgo”)	52
17. As Ordenações – Especialmente as Filipinas	53
18. O Brasil e sua legislação depois da Independência	54
19. O Regulamento 737	54
20. A República e o processo civil – Os Códigos de Processo Civil Estaduais	55
21. A reunificação do processo civil	55
21-A. As tendências atuais do processo civil – A socialização do processo civil – A fase hodierna do processo civil brasileiro	63

II – REVISÃO DOGMÁTICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL – SUA CORRESPONDÊNCIA À EVOLUÇÃO DO SISTEMA JURÍDICO

22.	A reelaboração do Direito no século XIX	102
23.	Autonomia do direito da ação	104
24.	Moderna classificação das ações	105
25.	O processo concebido como contrato ou quase contrato	107
26.	O processo como instrumento predominantemente técnico	109
27.	As relações entre o Direito Processual Civil e os demais ramos do Direito	110
28.	O processo civil e o Direito Penal	110
29.	O processo civil e o Direito Constitucional	112
30.	O processo civil, o Direito Administrativo e o Direito Tributário	118
31.	O processo civil e o Direito Civil	120
32.	O processo civil e o Direito Comercial	122
33.	O processo civil e o Direito Processual do Trabalho	124

III – AS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

34.	Norma jurídica	126
35.	Normas cogentes e dispositivas	131
36.	Norma processual e norma substancial – Natureza da norma processual civil	133
37.	Classificação das normas processuais civis	135
38.	As fontes da norma processual civil	147
39.	Competência para legislar sobre Direito Processual Civil	148
40.	Normas processuais na Constituição Federal	150
41.	Outras normas constitucionais que versam sobre matéria processual ..	156
42.	Fontes subsidiárias da norma processual civil	159
43.	Analogia	162
44.	Costume	164
45.	Os princípios gerais do Direito	166
46.	A jurisprudência e o processo civil	167
47.	Da interpretação das leis em geral	174
48.	Interpretação da lei processual civil	178
48-A.	Evolução da hermenêutica e o processo civil	183

IV – DA JURISDIÇÃO – O ESTADO DE DIREITO E A FUNÇÃO JURISDICIONAL

49.	O Estado de Direito	190
50.	Sistema de jurisdição	195
51.	Natureza da função jurisdicional e suas características	196
52.	Os princípios fundamentais da jurisdição	199
53.	A independência do Judiciário (da Justiça)	202
54.	O direito de ação e a amplitude da função jurisdicional em nosso Direito	208
55.	Inconstitucionalidade de lei – Inconstitucionalidade incidental	209
55-A.	Controle concentrado da constitucionalidade	227
56.	O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário	229
56-A.	A reforma do Poder Judiciário	233
56-B.	A função jurisdicional no controle da constitucionalidade (<i>especialmente</i> do STF) e o princípio da proporcionalidade	240

V – FUNÇÕES E ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO – ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

57.	A jurisdição voluntária	251
58.	Funções do Poder Judiciário e funções judiciárias	258
59.	Órgãos não judiciários com funções jurisdicionais	259
60.	Órgãos judiciários	260
61.	Regimento dos tribunais	264
62.	Organização judiciária	266
63.	Normas disciplinadoras da organização judiciária	268
64.	Possibilidade de conflito entre as normas de organização judiciária e a lei do processo	270
65.	Competência funcional nas fases do procedimento e os limites da organização judiciária no primeiro grau de jurisdição	270
66.	Competência interna dos tribunais	272
67.	Os limites das normas de organização judiciária, particularmente no segundo grau de jurisdição	273
68.	Auxiliares da Justiça	274
69.	Normas sobre organização judiciária no Estado de São Paulo que interessam ao processo civil	279

VI – DA COMPETÊNCIA

70.	Jurisdição e competência	286
71.	Definição de competência	295
72.	A competência no quadro dos pressupostos processuais	298
73.	Distinção entre incompetência e impedimento	303
74.	A divisão tripartida da competência	304
75.	Competência objetiva	305
76.	Competência territorial	307
77.	Competência funcional	308
77-A.	A competência jurisdicional em se tratando de mandado de segurança	310
78.	Competência funcional recursal	314
79.	Competência funcional nas fases do procedimento	315
80.	Competência internacional e interna	315
81.	Competência exterior e interior	316
82.	Foro competente	317
83.	Foro geral	318
84.	Foros especiais	322
85.	O artigo 95	323
86.	O artigo 96	328
87.	O artigo 97	331
88.	O artigo 98	332
89.	O artigo 99	332
90.	O artigo 100	333
91.	O artigo 101	343
92.	Foro de eleição	343
93.	Foro e jufzo	348
94.	Incompetência relativa	350
95.	Incompetência absoluta	354
95-A.	A competência no sistema das leis extravagantes	357

VII – A COMPETÊNCIA NA COMARCA DE SÃO PAULO

96.	Competência do foro central e dos foros regionais	365
97.	Competência afeta aos foros regionais	371

98.	Competência das varas dos Registros Públicos	373
99.	Competência das varas da Fazenda Pública na Capital do Estado. ..	374

VIII – A JUSTIÇA FEDERAL

100.	Introdução	376
101.	A Justiça Federal e a Constituição	377
102.	A Justiça Federal e a sua lei	387
103.	A jurisdição da Justiça Federal é absoluta	388
104.	Hipóteses de intervenção federal na causa e a competência da Justiça Federal	389
105.	As sociedades de economia mista (com participação da União) não se submetem à Justiça Federal	390
105-A.	Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal	391

IX – PREVENÇÃO – *PERPETUATIO IURISDICTIONIS* – CONEXÃO E CONTINÊNCIA

106.	Prevenção	393
107.	Conexão de causas	398
108.	Continência de causas	405
109.	<i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	406

X – CONFLITO DE COMPETÊNCIA

110.	Introdução	412
111.	O tratamento dado à matéria pelo nosso Código e entre tribunais estaduais	413
112.	Procedimento do conflito de competência	416

XI – TEORIA DA AÇÃO

113.	Os conflitos de interesse e as respectivas soluções	419
114.	Noção de direito objetivo e de direito subjetivo	420
115.	Considerações sobre a ação e o direito subjetivo no prisma judicial	423
116.	Nossa posição acerca do direito subjetivo	425
117.	Teoria civilista a respeito da ação	428
118.	Posição de Adolf Wach	429

119.	Posição de Chiovenda	431
120.	Observações críticas à teoria civilista, à do direito concreto, à da tutela jurídica e à da ação como direito potestativo	433

XII – A AÇÃO EM NOSSO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

121.	Definição de ação	440
122.	As condições da ação em nosso Direito positivo	441
122-A.	O interesse de agir a partir do Direito Privado e no âmbito do Direito Público	451
123.	Particularmente a ação declaratória e seus problemas práticos – Declaratória e violação do direito	454
124.	Declaratória e mero fato	455
125.	Ação declaratória e reconvenção	456
126.	Declaratória e cumulação de ações	457
127.	Declaratória, cláusula contratual e outras hipóteses	457
128.	Declaratória e falsidade de documento	459
129.	A ação declaratória incidental	460
130.	O papel do “fato” na teoria da ação	464
131.	O conceito de mérito	467
132.	O mérito e as condições da ação	467
133.	Cumulação de pretensões	471
134.	Concorrência de ações	479
135.	Objeto litigioso ou lide	483
136.	Elementos da ação	484
137.	As partes e sua identificação	485
138.	O objeto	486
139.	Fundamento legal	489
140.	Fundamentação jurídica e <i>causa petendi</i>	489
141.	A <i>causa petendi</i> nas ações pessoais e nas ações reais	490

XIII – ATO PROCESSUAL

142.	Atos jurídicos e atos processuais	494
143.	Classificação dos atos processuais	497
144.	Forma dos atos processuais	504
145.	As nulidades dos atos processuais	505

XIV – O TEMPO NO PROCESSO

146.	Prazos e preclusão	516
147.	Os princípios informativos do processo e os prazos	517
148.	Os princípios da utilidade, continuidade, peremptoriedade e preclusão	519
149.	Dos prazos e sua classificação	528
150.	Da contagem dos prazos	532
151.	Os prazos mais importantes	535
152.	Da preclusão	536

XV – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

153.	A relação jurídica processual	545
154.	Pressupostos processuais da existência da relação jurídica processual	547
155.	Requisitos da validade da relação jurídica processual	554
156.	Pressupostos processuais negativos.	558

XVI – DO MINISTÉRIO PÚBLICO

157.	A moderna função do Ministério Público	561
158.	Os princípios estruturais do Ministério Público	563
159.	Os princípios estruturais e os da atuação do Ministério Público	563
160.	Princípios que presidem a direção e disciplina do Ministério Público	564
161.	O Ministério Público e o nosso Direito Constitucional	566
162.	O Ministério Público e sua posição político-jurídica	569
163.	Da atuação do Ministério Público.	570

XVII – DO ADVOGADO

164.	Capacidade postulatória	585
165.	A função do advogado	594
166.	Deveres do advogado em face do Código de Processo Civil	598
167.	Direitos do advogado em face do Código de Processo Civil	601

ÍNDICE LEGISLATIVO	615
--------------------------	-----

ÍNDICE ONOMÁSTICO	647
-------------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	659
-----------------------------------	-----

OBRAS DO AUTOR	701
----------------------	-----

STJ00048825 - V. 2

113564



ARRUDA ALVIM

MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

v. 2

Processo de conhecimento

8.^a edição revista, atualizada e ampliada

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 8.ª EDIÇÃO	7
-----------------------------	---

Vol. 2

I – DOS SUJEITOS DO PROCESSO

1. Introdução	19
2. Do juiz	19
3. Conceitos de parte e de capacidade processual	22
4. Análise do conceito de parte	25
5. As regras do Direito Civil no tema da capacidade e o Direito Processual Civil	25
6. Conceitos de parte, parte legítima e parte vencedora	27
7. Capacidade processual e capacidade de ser parte	30
8. Princípios regentes do tema das partes	32
9. Representação dos incapazes. Necessidade de integração da capacidade processual	33
10. Regime jurídico dos incapazes no Direito Processual Civil	36
11. O incapaz sem representante legal	38
12. A colisão de interesses do incapaz e do representante (art. 9.º, I)	39
13. A figura do curador especial	42
14. A capacidade processual do marido e da mulher	52
15. Forma de ser sanado o vício de incapacidade	57

II – REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO DAS PESSOAS JURÍDICAS

16. Noções gerais	62
17. A representação da União	64
18. A representação dos Estados-federados	67
19. A representação dos Municípios	68
20. A representação do Distrito Federal	68
21. A representação dos Territórios	69
22. A representação das pessoas jurídicas de Direito Privado	69
23. A representação das paróquias da Igreja Católica	72

III – REPRESENTAÇÃO DOS ENTES DESPERSONALIZADOS

24. Introdução	74
25. A representação da massa falida	74

26.	A representação das heranças jacente e vacante	75
27.	A representação do espólio	76
28.	A representação dos condomínios e outras modalidades	77

IV – DO LITISCONSÓRCIO

29.	Conceito de litisconsórcio	80
30.	Classificação do litisconsórcio quanto ao momento de sua formação ...	81
31.	Classificação do litisconsórcio quanto à obrigatoriedade ou não de sua formação (arts. 46 e 47). Litisconsórcio multitudinário (art. 46, parágrafo único)	81
32.	Classificação do litisconsórcio quanto à sorte no plano do Direito Material ...	84
33.	Classificação do litisconsórcio quanto à posição, subjetiva ativa ou passiva, dos litisconsortes no processo	86
34.	Litisconsórcio facultativo (noções gerais)	86
35.	Litisconsórcio facultativo baseado na comunhão de direitos ou de obrigações, tendo em vista a lide (art. 46, I)	88
36.	Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de fato (art. 46, II)	90
37.	Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de direito (art. 46, II)	90
38.	Litisconsórcio facultativo baseado na conexão de causas (arts. 46, III, e 103)	90
39.	Litisconsórcio facultativo baseado na afinidade de questões (art. 46, IV) .	91
40.	Litisconsórcio necessário (noções gerais) (art. 47)	95
41.	Litisconsórcio unitário (noções gerais) (art. 47)	101
41-A.	A posição do sócio em demanda contra a sociedade e a figura do litisconsórcio	104
42.	Regime jurídico fundamental e especial do litisconsórcio	116
42-A.	A figura do litisconsórcio no procedimento sumário e fora do sistema do CPC	123

V – DA ASSISTÊNCIA

43.	Noções gerais acerca do instituto da assistência	128
44.	Influência do processo na esfera jurídica do assistente simples e do assistente litisconsorcial	131
45.	Aspectos comuns entre a assistência simples e a assistência litisconsorcial	135
46.	A posição do assistente no processo	140
47.	A sentença, o assistente simples e o assistente litisconsorcial	141
48.	A atividade do assistente	144
49.	Limites à atividade do assistente	145
50.	Os processos que ensejam a intervenção do assistente	147
51.	O incidente de admissibilidade do assistente	149
51-A.	A assistência no procedimento sumário fora do sistema do CPC	151

VI – DA OPOSIÇÃO

52.	Colocação no instituto	154
53.	Pressupostos de admissibilidade da oposição. Implicações da oposição admitida	155
54.	Processos que admitem e não admitem oposição	157
55.	Os momentos de oferecimento da oposição e as repercussões no procedimento	159
56.	O processamento da oposição	160
57.	A posição dos opostos em relação ao oponente	161
58.	A autonomia dos opostos	162
— 59.	Os pressupostos processuais e as condições da ação na oposição	163
60.	O indeferimento do pedido de oposição	163
61.	A sentença da oposição	163

VII – DA NOMEAÇÃO À AUTORIA

62.	Noções necessárias à compreensão do instituto	166
63.	Definição	167
64.	Legitimação para a nomeação e procedimento	168
65.	A aceitação ou a recusa do nomeante pelo autor	171
66.	A aceitação ou a recusa do nomeado	171
67.	A responsabilidade por perdas e danos	172

VIII – DA DENUNCIAÇÃO DA LIDE

68.	Noções gerais	175
69.	A hipótese do art. 70, inc. I	182
70.	A hipótese do art. 70, inc. II	183
71.	A hipótese do art. 70, inc. III	188
72.	O ingresso do denunciado	196
73.	A posição do litisdenunciado	198
74.	O comparecimento ou não do denunciado pelo autor	201
75.	O comparecimento ou não do denunciado pelo réu	203
76.	As conseqüências da denunciação	207
77.	A denunciação da lide no procedimento sumário, na execução e na cautelar ...	208

IX – DO CHAMAMENTO AO PROCESSO

78.	Finalidade do chamamento ao processo	214
79.	As hipóteses de chamamento ao processo (art. 77, I)	215
80.	Art. 77, II	217
81.	Art. 77, III	218
82.	Procedimento para o chamamento	219
83.	Efeitos do chamamento	220
84.	Hipóteses de não admissibilidade do chamamento	221

X – DA PETIÇÃO INICIAL

85.	Ajuizamento, distribuição e registro da petição inicial	229
86.	Forma da ação, da contestação, da reconvenção e da oposição	234
87.	Petição inicial e libelo	237
88.	Conteúdo lógico-jurídico da petição inicial	246
89.	A forma da petição inicial em nosso Direito	247
90.	O conteúdo da petição inicial. Declaração de vontade e declaração de ciência nela contidas	247
91.	Funções preparatórias e definitivas da petição inicial	248
92.	Do pedido	248
93.	Deferimento e indeferimento da petição inicial	254

XI – DAS COMUNICAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS

94.	Considerações introdutórias	266
95.	Da citação	268
96.	Conceito de citação. Peculiaridades	276
97.	Dos efeitos da citação	279
98.	A falta de citação	282
99.	A nulidade da citação	283
100.	O comparecimento do interessado	285
101.	Destruição dos efeitos da citação	286
102.	Distinção entre propositura da ação e prazo para apresentação da defesa .	286
103.	A citação é ato judicial	287
104.	Como se realiza a citação	287
105.	Das intimações	289
105-A.	A transmissão de dados nos atos processuais (Lei 9.800/99)	300

XII – DA RESPOSTA DO RÉU

106.	Introdução	306
107.	Analogia existente entre o direito de ação e o direito de defesa	309
108.	Função processual da contestação	311
109.	Contestação e conceito de questão de fato ou de direito	312
110.	Contestação e seu conteúdo processual	313
111.	Considerações introdutórias acerca das exceções	317
112.	As exceções, as preliminares e o princípio da eventualidade	319
113.	A exceção de incompetência	320
114.	A exceção de suspeição	321
115.	A exceção de impedimento	321
116.	A distinção entre suspeição e impedimento	321
117.	O procedimento da exceção de incompetência	323
118.	O procedimento da exceção de suspeição e impedimento	324

119.	O problema da não alegação no prazo	326
120.	Da reconvenção	327
121.	A reconvenção no Direito brasileiro, especialmente	328
122.	A autonomia da reconvenção	331
123.	A reconvenção e o procedimento sumário	333
124.	A ação declaratória incidental, como espécie da resposta do réu	335

XIII – DA REVELIA

125.	Introdução	342
126.	A revelia no sistema do Código de Processo Civil e seus aspectos capitais	343
127.	Revelia e litisconsórcio	349
128.	Revelia e assistência	350
129.	Revelia e reconvenção	350
130.	Revelia e julgamento antecipado da lide	351
131.	A revelia e os procedimentos especiais	352
132.	A revelia nos processos cautelar e de execução	355
133.	Revelia e incompetência	356
134.	Revelia e a citação ficta	356

XIV – DA MODIFICAÇÃO DO LIBELO

135.	Introdução	360
136.	A modificação do libelo e suas implicações no problema de identificação das ações	360
137.	Os arts. 264 e 294 do CPC. Distinção	361
138.	Tipo de prestação jurisdicional e modificação da demanda	362
139.	Mudança dos fatos e mudança do direito	363
140.	Alteração do pedido e concordância do réu. Momento preclusivo	364
141.	Emenda do libelo	364

XV – DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

142.	Idéias gerais	368
143.	A suspensão necessária do processo	368
144.	A suspensão facultativa do processo	371
145.	A suspensão do processo e os atos urgentes	372

XVI – DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

146.	Providências preliminares	375
147.	Introdução ao julgamento conforme o estado do processo	378
148.	Da extinção do processo sem julgamento de mérito	379
149.	O inc. I do art. 267	380
150.	O inc. II do art. 267	382

151.	O inc. III do art. 267	382
152.	O inc. IV do art. 267	384
153.	O inc. V do art. 267	385
154.	O inc. VI do art. 267	386
155.	O inc. VII do art. 267	386
156.	O inc. VIII do art. 267	388
157.	O inc. IX do art. 267	390
158.	O inc. X do art. 267	390
159.	O inc. XI do art. 267	391
160.	As conseqüências comuns aos diversos casos de encerramento do processo sem julgamento de mérito	391
161.	O conteúdo do saneamento	391
162.	O saneamento do processo	394
163.	Julgamento antecipado da lide	396
164.	Casuísmo em torno do julgamento conforme o estado do processo	397
164-A.	Tutela antecipatória	400
164-B.	Linhas gerais "conjugadas" na evolução do direito material e do direito processual, tendo em vista as obrigações de fazer, de não fazer e de entrega de coisa e a efetividade do processo	444
164-C.	As dificuldades no <i>efetivo cumprimento/satisfação</i> das obrigações de fazer, de não fazer e de entrega de coisa	449
164-D.	Traços fundamentais dos arts. 461 e 461-A, com a redação das Leis 8.952, de 13.12.1994, e 10.444, de 07.05.2002	451

XVII – CONCEITO JURÍDICO DA PROVA

165.	Generalidades	456
166.	A prova e o problema da verdade	457
167.	A prova legal e a limitação do juiz	459
168.	Noção do conceito de prova	459
169.	Da prova nas hipóteses de julgamento conforme o estado do processo. Da extinção do processo	461
170.	Do julgamento antecipado da lide	462
171.	Rápida referência ao Direito Civil	463
172.	O art. 141 do CC/1916 em confronto com o art. 401 do CPC	464
173.	A validade de documento entre as partes e terceiros. O documento, sua data e dúvida a respeito	465
174.	A prova vista sob o prisma dos efeitos que provoca	467
175.	A atividade probatória e a sentença	468

XVIII – A PROVA E OS PRINCÍPIOS REGENTES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

176.	A prova e o princípio dispositivo	473
177.	A prova e o princípio da oralidade	475

178.	O subprincípio da identidade física do juiz	476
179.	O subprincípio da concentração dos atos processuais	478
180.	O subprincípio da imediatidade	479
181.	O subprincípio da irrecorribilidade em separado (<i>rectius</i> , por apelação) das interlocutórias	479
182.	O debate oral	481

XIX – CLASSIFICAÇÃO GERAL DAS PROVAS

183.	Classificação das provas	485
184.	Classificação das provas tendo em vista o sujeito	485
185.	Classificação das provas tendo em vista o objeto	486
186.	Classificação das provas tendo em vista a forma	490

XX – ÔNUS DA PROVA

187.	Introdução	492
188.	Distinção entre ônus e obrigação	493
189.	O ônus perfeito e o ônus imperfeito	493
190.	Correlação do ônus da prova com os princípios dispositivo e inquisitório	494
191.	A convenção das partes na distribuição do ônus da prova	496
192.	A sentença, o raciocínio do juiz e a função do ônus da prova	496
193.	Momento do funcionamento do ônus	497
194.	Fundamentos da repartição do ônus da prova	498
195.	O ônus da prova e a revelia	498
196.	A confissão e o ônus da prova	499
197.	A falsidade de documento e o ônus da prova	499
198.	A alegação de fato modificativo, impeditivo ou extintivo e o ônus da prova	500

XXI – MOMENTOS DA PROVA

199.	Introdução	504
200.	Especificamente os momentos da prova	504
201.	Procedimentos probatórios especiais	506
202.	Os momentos da prova no procedimento sumário	507

XXII – DA PROVA DOCUMENTAL

203.	Generalidades	511
204.	Definição de documento	512
205.	Os autores intelectual e material do documento	512
206.	O conteúdo e a eficácia do documento	513
207.	A forma como sendo da substância do documento	514

208.	O documento, em regra, é prova preconstituída	517
209.	Classificação dos documentos. Aspectos gerais	518
210.	Os documentos e a autenticidade	520
211.	O documento e a extensão subjetiva de sua validade	521
212.	As autoridades que são autoras materiais dos documentos	521
213.	Instrumentos e documentos particulares. Distinção específica	521
214.	Documento e sua data	522
215.	Validade, autenticidade e nominalidade do documento. Distinção	523
216.	O valor probante dos documentos	523
217.	Da exibição de documento ou coisa. Generalidades	526
218.	Espécies da ação de exibição e fundamento jurídico ao direito à exibição	528
219.	Das partes e de sua legitimidade	528
220.	Os limites da ação de exibição de documento ou coisa	529
221.	A recusa fundada de exibição	529
222.	Efeitos sobre a parte, tendo em vista a não exibição	530
223.	Efeitos sobre terceiros, tendo em vista a não exibição	530
224.	Dos recursos	531
225.	A produção da prova documental e o procedimento	531

XXIII – DA PROVA TESTEMUNHAL

226.	Esboço teórico a respeito da prova testemunhal	537
227.	Testemunha e parte. Distinção	538
228.	Testemunha e perito. Distinção	538
229.	Do valor da prova testemunhal	539
230.	A técnica de inquirição	540
231.	O sujeito da prova testemunhal	541
232.	Conceito de testemunha	541
233.	Da obrigação de testemunhar	543
234.	Quem pode ser testemunha	544
235.	Obrigações e direitos da testemunha	547
236.	Do pedido e da admissibilidade da prova testemunhal	549
237.	Procedimento da prova testemunhal	550
238.	Local em que devem ser ouvidas as testemunhas	556
239.	A substituição de testemunhas	557

XXIV – DO DEPOIMENTO PESSOAL

240.	Idéias gerais – § 1.º Interrogatório livre e depoimento pessoal (propriamente dito). Diversidade de regimes jurídicos	559
241.	Definição	566
242.	Escusa de depor e aplicação da pena de confesso	567

243.	Procedimento do depoimento pessoal – § 1.º Restrições a certos fatos (art. 347)	569
244.	Depoimento pessoal e confissão	571

XXV – DA CONFISSÃO

245.	Escorço teórico sobre a confissão	573
246.	Conceito de confissão	574
247.	Elementos da confissão	576
248.	Espécies de confissão	579
249.	Efeitos da confissão	580
250.	Divisibilidade e indivisibilidade da confissão	580
251.	Aspectos principais da confissão em nosso Direito positivo	581
252.	Revogação da confissão	582

XXVI – DA PROVA PERICIAL

253.	Conceito de perícia	584
254.	Do cabimento da prova pericial	585
255.	Momento do pedido da prova pericial	587
256.	O juiz e o resultado da perícia	589
257.	Perícia. Requisitos e realização	591
258.	A perícia e o perito	597
259.	O perito e a sua responsabilidade	599

XXVII – DA INSPEÇÃO JUDICIAL

260.	Idéias gerais	603
261.	A participação de peritos na inspeção	605
262.	A presença das partes na inspeção	605
263.	A documentação da inspeção	606

XXVIII – INDÍCIOS E PRESUNÇÕES

264.	Diferença entre prova direta e indireta	608
265.	Distinção entre presunção <i>hominis</i> e presunção legal	610
266.	Presunção	611
267.	Espécies de presunção	611
268.	As presunções legais. Aspecto histórico	613
269.	As presunções do homem	614
270.	Valoração das presunções do homem	615
271.	A presunção do homem e a prova contrária	616
272.	A prova <i>prima facie</i>	617
273.	A prova <i>prima facie</i> e o problema do ônus da prova	618

XXIX – DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

274.	Introdução	620
275.	Da conciliação	621
276.	Problemas teóricos em torno da audiência	627
277.	Atos que antecedem a audiência	628
278.	O adiamento da audiência	629
279.	Audiência e o problema do cerceamento de defesa	629
280.	Audiência e o comparecimento do Ministério Público	630
281.	Audiência e a identidade física do juiz	631
282.	A audiência de instrução no procedimento sumário	633

XXX – DA SENTENÇA

283.	Generalidades sobre sentença	641
284.	A sentença e as oportunidades em que pode ser proferida	644
285.	A fundamentação da sentença e as lacunas da lei	646
286.	Natureza jurídica da sentença	649
287.	Efeitos da sentença	650
288.	Sentenças processuais e de mérito	651
289.	Sentenças classificadas por sua eficácia	652
290.	Sentença declaratória	653
291.	Sentença constitutiva	654
292.	Sentença condenatória	657
293.	Sentenças mandamentais	658
294.	Sentenças dispositivas	662
295.	Sentenças complexas	663
296.	A sentença: sua intelecção e seus elementos	664
297.	Relatório	665
298.	A sentença e a respectiva fundamentação	667
299.	A essencialidade do conteúdo decisório da sentença	669
300.	A sentença <i>infra</i> ou <i>citra petita</i>	670
301.	A sentença <i>extra petita</i>	673
302.	A sentença <i>ultra petita</i>	676
303.	A sentença e o julgamento em face de pedido genérico	677
304.	A sentença enfocada em face dos mais comuns problemas de Direito intertemporal	677
	ÍNDICE LEGISLATIVO	693
	ÍNDICE ONOMÁSTICO	719
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	727
	OBRAS DO AUTOR	781